

# Tijoá Participações e Investimentos S.A.

Relatório do auditor independente acompanhado das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 261RJ-058-PB



# Índice

	<b>Página</b>
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	9
Demonstrações contábeis	12
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025	19

## **Senhores Acionistas:**

A Administração da Tijoá Participações e investimentos S.A. (“Tijoá” ou “Companhia”), cumprindo as disposições legais e estatutárias, apresenta a Mensagem da Administração e as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. Este relatório visa fornecer uma visão abrangente das operações, desempenho financeiro e perspectivas futuras da Companhia. Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

## **Mensagem da Administração**

### **1. Perfil Corporativo**

A Tijoá Participações e Investimentos S.A. (“Tijoá” ou “Companhia”), como concessionária da Usina Hidrelétrica Três Irmãos (“UHE Três Irmãos” ou “Usina”), é responsável por sua administração, operação e manutenção.

A concessão da UHE Três Irmãos foi outorgada à Tijoá através do Leilão ANEEL 02/2014 e está regulada pelo Contrato de Concessão nº 03/2014-MME-UHE Três Irmãos, celebrado com a União por intermédio do Ministério de Minas e Energia para a geração de energia elétrica em regime de alocação de cotas de garantia física e de potência às Concessionárias do Serviço Público de Distribuição no Sistema Interligado Nacional (SIN), com prazo de vigência de 30 anos contados a partir de 10 de outubro de 2014.

A UHE Três Irmãos está localizada no Município de Andradina, Estado de São Paulo, na região do Baixo Tietê. Possui cinco unidades geradoras, capacidade instalada de 807,5 MW e energia assegurada de 206,7 MW.

Em 22 de julho de 2025, a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 3.506, reajustou a Receita Anual de Geração da Usina Hidrelétrica Três Irmãos, nos termos do Contrato de Concessão para o período de 01/07/2025 a 30/06/2026.

### **2. Estrutura Societária**

A Tijoá está organizada na forma de sociedade anônima fechada e tem como acionistas a Juno Participações e Investimentos S.A., com 50,1% das ações, e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras “AXIA Energia”, com 49,9% das ações.

### **3. Perspectivas da Administração**

Com o objetivo de agregar valor à operação e assegurar o fiel cumprimento das obrigações contratuais, a Administração prevê, para o exercício de 2026, a alocação de recursos relevantes em projetos estratégicos. Tais iniciativas integram o compromisso permanente da Companhia com a modernização, a eficiência operacional e a sustentabilidade, em conformidade com o Contrato de Concessão e com o Plano de Desembolsos em Investimentos, Melhorias e Programas Ambientais e Fundiários.

### **3.1 Projetos de Modernização e Manutenção**

- Encerramento do projeto de modernização do Sistema Digital de Supervisão e Controle (SDSC) da Unidade Geradora 1 e dos Serviços Auxiliares da Usina;
- Conclusão da modernização do quadro de comando e supervisão da comporta de emergência da Unidade Geradora 1;
- Aquisição e instalação de filtros de água bruta para três unidades geradoras;
- Sequência da substituição de grama no talude da margem direita da barragem;
- Sequência do *retrofit* da pintura da Usina (galeria da casa de força);
- Aquisição de barras estatóricas sobressalentes;
- Aquisição de dois jogos de radiadores;
- Aquisição de um banco de reatores para os serviços auxiliares de corrente alternada;
- Aquisição de um transformador regulador para os serviços auxiliares de corrente alternada;
- Aquisição de um compressor de ar de cavitação para Unidade Geradora 2; e
- Modernização do sistema monitoramento de vibração e temperatura das Unidades Geradoras.

### **3.2 Serviços adicionais**

- Adequação dos guarda corpos do edifício administrativo, do nicho do poço de drenagem da área de montagem, poço da turbina, regulador de velocidade e caixa espiral;
- Adequação dos pontos de ancoragens localizados nas grades das comportas de emergência das UGs 1 a 8;
- Adequação de ambientes: salas dos técnicos, sala de convivência/descompressão e posto de operação na casa de força da usina;
- Manutenção da viga pescadora do canal de fuga;
- Manutenção do guindaste sobre rodas (Galion);
- Manutenção do sistema de monitoramento do transformador elevador da Unidade Geradora 1; e
- Substituição de um veículo pick-up da Companhia, dedicado às ações de Segurança de Barragem.

### **3.3 Aquisições estratégicas**

- Instalação de até 5 sirenes fixas, na ZAS-Zona de Autosalvamento;
- Aquisição de drone para realização de inspeção subaquática;
- Aquisição de 1 (um) transformador regulador para os serviços auxiliares de corrente alternada;
- Aquisição de 1 (um) banco de reatores para os serviços auxiliares de corrente alternada; e
- Substituição de um veículo pick-up e de um veículo leve da frota da Companhia.

### **3.4 Gestão Ambiental e Fundiária**

- Continuidade no planejamento e execução de projetos visando atender às condicionantes da Licença Ambiental de Operação (LO), conforme estabelecido pelo órgão ambiental licenciador, incluindo a obtenção de autorizações para atividades específicas relacionadas à ictiofauna;
- Monitoramento dos processos de solapamento da borda no reservatório;

- Início de atividades de manutenção e plantio em um outro projeto de reflorestamento, no entorno do reservatório.;
- Início de avaliação de possíveis áreas para os projetos futuros de reintrodução do cervo-do-pantanal;
- Manutenção do Programa de Gestão de uso do reservatório e seu entorno com a resolução de irregularidades na área de concessão da UHE Três Irmãos; e
- Realização de estudos relacionados à curva-chave de jusante.

### 3.5 Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Avanço do projeto de “Avaliação da Biodiversidade do Reservatório usando DNA ambiental e *metabarcoding*,” com continuidade da Fase 3.

Avanço do projeto de desenvolvimento de “Nanopartículas como aditivos para revestimentos: uma potencial alternativa para prevenção e fixação do mexilhão dourado em usinas hidrelétricas”, celebrado com a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), por intermédio da Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira (FEIS).

## 4. Principais Realizações de 2025

### 4.1 Operação e Manutenção

No exercício de 2025, a UHE Três Irmãos manteve atuação relevante no setor elétrico, com a geração de 2.029.444,40 MWh destinados ao Sistema Interligado Nacional (SIN), sob a coordenação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). A Usina apresentou elevado desempenho operacional, permanecendo acima do índice mínimo de disponibilidade de 89,581%, estabelecido pelo Ministério de Minas e Energia, e registrando, na última apuração do ano, o patamar recorde de 99,034%.

Foram realizados os seguintes projetos:

- Modernização do Sistema Digital de Supervisão e Controle (SDSC) da Unidade Geradora 5;
- Modernização (parcial) do Sistema Digital de Supervisão e Controle (SDSC) da Unidade Geradora 1;
- Modernização (parcial) do Sistema Digital de Supervisão e Controle (SDSC) dos Serviços Auxiliares da Usina;
- Manutenção Preventiva Periódica tipo 2 (MPP2) da Unidade Geradora UG-1;
- Recuperação de cavitação nos rotores das turbinas das unidades geradoras 1 e 5;
- Aquisição e instalação de filtros de água bruta para duas unidades geradoras;
- Sequência da substituição de grama no talude da margem direita da barragem;
- Sequência do *retrofit* da pintura da Usina (edifício administrativo); e
- Modernização do sistema anti-incêndio (baseado em descarga de CO<sub>2</sub>) nas UGs 01 a 05.

Além dos investimentos previstos, a Tijoá realizou, ao longo do ano de 2025, a revisão e o acompanhamento do Prontuário de Instalações Elétricas (PIE) da Usina, bem como a realização anual do treinamento de evacuação de área, em atendimento à Lei nº 14.066, que dispõe sobre a Segurança de Barragens. Adicionalmente, foi promovida a atualização do Plano de Atendimento de Emergência (PAE) e a renovação do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) da Usina.

Essas ações evidenciam o compromisso contínuo da Tijoá com a excelência operacional, a segurança e a sustentabilidade. A Companhia mantém seu foco no aprimoramento permanente das instalações e dos equipamentos, assegurando a geração de energia de forma eficiente e responsável, com a devida atenção à segurança e ao bem-estar de seus colaboradores, bem como ao respeito ao meio ambiente.

#### 4.2 Desempenho Econômico e Financeiro

O desempenho econômico e financeiro correspondente às operações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
(+) Receita anual de geração (RAG)	328.734	319.868
(+) Outras receitas	175	71
<b>(=) Receita bruta</b>	<b>328.909</b>	<b>319.939</b>
(-) Tributos	(30.416)	(29.590)
(-) Encargos de geração (*)	(115.427)	(115.513)
(-) Custos de O&M	(14.433)	(13.705)
(-) Custos com pessoal	(15.161)	(15.237)
(-) Seguros operacionais	(2.751)	(2.644)
<b>(=) Lucro operacional</b>	<b>150.721</b>	<b>143.250</b>
(-) Despesas gerais e administrativas (*)	(6.105)	(7.742)
<b>(=) EBITDA</b>	<b>144.616</b>	<b>135.508</b>
(-) Depreciação e amortização	(6.419)	(6.241)
(-) Resultado financeiro líquido	2.624	610
<b>(=) Lucro antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>140.821</b>	<b>129.877</b>
(-) IRPJ e CSLL	(47.957)	(44.322)
<b>(=) Lucro líquido do exercício</b>	<b>92.864</b>	<b>85.555</b>

(\*) líquido de impostos

A Tijoá foi reconhecida, pelo segundo ano consecutivo, na 23ª Edição do Programa Nacional Empresa Cidadã, organizado pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro e a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio de Janeiro. A Companhia foi premiada com o Certificado Empresa Cidadã, reconhecendo a transparência e o compromisso com as práticas contábeis, sociais e ambientais, conforme divulgado nas Demonstrações contábeis e no relatório de Responsabilidade Socioambiental e Econômico-Financeiro.

#### 4.3 Recursos Humanos

A Tijoá valoriza o bem-estar e a qualidade de vida de seus colaboradores, oferecendo uma gama de benefícios que promovem saúde, equilíbrio e desenvolvimento pessoal. Entre eles, destacam-se planos de saúde e odontológico, programas de bem-estar físico e mental, horários de trabalho flexíveis, apoio ao desenvolvimento profissional e iniciativas de qualidade de vida no ambiente de trabalho. A Companhia acredita que colaboradores saudáveis, motivados e satisfeitos contribuem para um ambiente mais produtivo e inovador, impulsionando o seu crescimento sustentável.

A Companhia investiu no desenvolvimento profissional de seus colaboradores, com foco em cursos, seminários e atualizações específicas para diversas áreas. Além disso, houve investimento para a capacitação em graduações e especializações, o que destaca a importância atribuída ao crescimento contínuo de sua equipe.

A gestão sindical obteve êxito na assembleia dos trabalhadores quando aprovou unanimemente o Acordo Coletivo de Trabalho, com vigência até maio de 2026, bem como o Acordo Coletivo de Trabalho de Participação nos Lucros e Resultados referente, reforçando nosso comprometimento com relações trabalhistas harmoniosas e produtivas.

Tais iniciativas refletem o compromisso contínuo da Tijoá com a melhoria dos processos internos e o bem-estar de seus colaboradores, alinhando as práticas de RH & Comunicação com as necessidades e expectativas da equipe e dos objetivos estratégicos da Companhia.

#### **4.4 Meio Ambiente e Gestão Fundiária**

A Tijoá mantém uma atuação responsável e em conformidade ambiental, cujo compromisso é reforçado pelo cumprimento de todas as condicionantes da Licença Ambiental de Operação, além do atendimento a outras exigências ambientais impostas por agências reguladoras como a ANA e a ANEEL.

No ano de 2025, a Companhia deu continuidade ao cumprimento do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA) firmado com a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA), sob interveniência da CETESB, por meio do pagamento da quarta parcela, gerando a emissão, pela Secretaria, do Termo de Quitação Parcial de Compensação Ambiental referente à quarta parcela, de um total de cinco parcelas.

Outras realizações socioambientais de 2025 incluem:

- O protocolado Relatório Bienal de atendimento às condicionantes da Licença de Operação Vigente, referente às atividades realizadas no Ciclo 2024/2025 .
- Celebração do 2º Convênio de Cooperação Técnico-Científica com a UNESP – campus de Jaboticabal – para a continuidade do Projeto Manejo e Conservação do Cervo-do-pantanal.
- A conclusão das ações de reflorestamento em dois projetos envolvendo preparação, manutenção e plantio de 128 hectares.
- A regularização de 440 estruturas localizadas na área de concessão, atingindo a resolução de 60% das irregularidades identificadas.
- A execução de obras para a contenção de um processo de solapamento.
- O protocolo de solicitação da renovação da outorga de captação e e lançamento de água para fins de geração de energia.
- Conclusão da titularização dos lotes do projeto de reassentamento N. Sra. de Fátima, encerrando as obrigações da Tijoá relativas aos projetos de reassentamento.
- Elaboração de um plano de ação para avaliação de possíveis áreas para projetos de reintrodução do cervo-do-pantanal.
- Protocolo junto à ANEEL do Relatório Final do Projeto de P&D “Avaliação da Biodiversidade do Reservatório usando DNA ambiental e *metabarcoding*” e início da Fase 3 deste mesmo projeto.

Essas iniciativas demonstram o comprometimento da Tijoá com práticas sustentáveis e a responsabilidade ambiental. A Companhia continua a liderar esforços na conservação ambiental e na gestão fundiária responsável, garantindo não apenas a conformidade com as normativas ambientais, mas também contribuindo para um impacto positivo no ecossistema e nas comunidades locais. Por meio dessas ações, a Companhia reforçou seu papel como uma organização consciente e comprometida com o desenvolvimento sustentável.

## **5. Agradecimentos**

A Companhia registra seu agradecimento aos acionistas, fornecedores, clientes e, em especial, a seus colaboradores, que foram fundamentais para as conquistas durante o ano de 2025.

Atenciosamente,

Conselho de Administração e Diretoria

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

---

**Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.**

Praia do Flamengo, 154 - 4º andar,  
Flamengo - Rio de Janeiro (RJ) Brasil  
T +55 21 3512-4100  
[www.grantthornton.com.br](http://www.grantthornton.com.br)

Aos Administradores e Acionistas da  
**Tijóá Participações e Investimentos S.A.**  
Rio de Janeiro – RJ

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Tijóá Participações e Investimentos S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tijóá Participações e Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outros assuntos

### Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-025.583/F-2



Paulo Alcoforado Cavalcante Neto  
Contador CRC SP-354.256/O-5

# Tijoá Participações e Investimentos S.A.

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

### ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	21.297	21.042
Contas a receber	5	28.609	28.182
Impostos a recuperar	6	770	742
Depósito judicial	7	18.123	-
Outros créditos	8	2.316	4.612
<b>Total do ativo circulante</b>		<u>71.115</u>	<u>54.578</u>
<b>Ativo não circulante</b>			
Depósito caução - Aluguel		42	42
Outros créditos	8	2.043	484
Impostos diferidos	25(a)	546	458
Imobilizado	9	68.445	66.717
Intangível	10	23.301	27.954
<b>Total do ativo não circulante</b>		<u>94.377</u>	<u>95.655</u>
<b>Total do ativo</b>		<u>165.492</u>	<u>150.233</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Tijóá Participações e Investimentos S.A.

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

### PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Passivo circulante</b>			
Contas a pagar	11	17.365	17.044
Encargos do setor	12	13.101	14.193
Partes relacionadas	13	852	837
Salários, provisões e encargos sociais a recolher	14	1.956	2.182
Provisões - Participações nos lucros, gratificações, bônus e encargos	15	1.606	1.349
Impostos e contribuições a recolher	16	4.530	3.868
Dividendos a pagar	17	18.123	-
<b>Total do passivo circulante</b>		<u>57.533</u>	<u>39.473</u>
<b>Passivo não circulante</b>			
Contas a pagar	11	-	8.309
Obrigações especiais	18	23.486	24.523
<b>Total do passivo não circulante</b>		<u>23.486</u>	<u>32.832</u>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	19.1	13.801	13.801
Reservas de lucros	19.2	70.672	64.127
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<u>84.473</u>	<u>77.928</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u>165.492</u>	<u>150.233</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Tijoá Participações e Investimentos S.A.

## Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita líquida de produtos e serviços operacionais	20	279.278	274.667
Custo dos produtos e serviços	21	(134.565)	(137.202)
<b>Lucro bruto</b>		<u>144.713</u>	<u>137.465</u>
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas	22	(6.516)	(8.198)
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		<u>138.197</u>	<u>129.267</u>
Receitas financeiras	23	3.816	2.174
Despesas financeiras	23	(1.192)	(1.564)
<b>Resultado financeiro</b>		<u>2.624</u>	<u>610</u>
<b>Lucro antes do IRPJ e da CSLL</b>		<u>140.821</u>	<u>129.877</u>
IRPJ e CSLL - Corrente	25(b)	(48.044)	(44.244)
IRPJ e CSLL - Diferido	25(b)	87	(78)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u>92.864</u>	<u>85.555</u>
<b>Lucro por ação - Em R\$</b>	19.4	<u>6,73</u>	<u>6,20</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Tijoá Participações e Investimentos S.A.

## Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	92.864	85.555
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	<u>92.864</u>	<u>85.555</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Tijoa Participações e Investimentos S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>		13.801	2.760	43.364	-	<b>59.925</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	85.555	<b>85.555</b>
Constituição de reservas		-	-	60.555	(60.555)	-
Distribuição de dividendos		-	-	(42.552)	-	<b>(42.552)</b>
Proposição de distribuição de dividendos		-	-	-	(25.000)	<b>(25.000)</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>	19	13.801	2.760	61.367	-	<b>77.928</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	92.864	<b>92.864</b>
Constituição de reservas		-	-	67.100	(67.100)	-
Distribuição de dividendos		-	-	(60.555)	-	<b>(60.555)</b>
Proposição de distribuição de dividendos		-	-	-	(25.764)	<b>(25.764)</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>	19	13.801	2.760	67.912	-	<b>84.473</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Tijó Participações e Investimentos S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro antes do IR e CSLL</b>	140.821	129.877
<b>Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado/ consumido nas atividades operacionais</b>		
Depreciações e amortizações (líquido de obrigações especiais)	6.559	6.356
Baixa de ativo imobilizado e intangível	151	293
Juros sobre arrendamentos	-	18
<b>Resultado ajustado</b>	<u>147.531</u>	<u>136.544</u>
<b>Decréscimo/(acrécimo) de ativos</b>		
Contas a receber	(427)	1.247
Impostos a recuperar	(28)	135
Depósito judicial	(18.123)	-
Outros créditos	737	(1.215)
<b>Acrécimo/(decrécimo) de passivos</b>		
Fornecedores	(7.988)	(1.553)
Encargos do setor	(1.092)	(624)
Partes relacionadas	15	(191)
Salários e encargos sociais a recolher	(226)	143
Provisões - PLR, gratificações, bônus e encargos	257	(231)
Impostos e contribuições a recolher	(4.276)	(4.064)
Impostos e contribuições pagos	(43.107)	(40.445)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<u>73.273</u>	<u>89.746</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(4.822)	(8.141)
Aplicação financeira vinculada	-	383
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento</b>	<u>(4.822)</u>	<u>(7.758)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Arrendamentos	-	(126)
Dividendos pagos	(68.196)	(75.552)
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento</b>	<u>(68.196)</u>	<u>(75.678)</u>
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>255</u>	<u>6.310</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	21.042	14.732
No final do exercício	21.297	21.042
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>255</u>	<u>6.310</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Tijóá Participações e Investimentos S.A.

## Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>1. Receitas</b>	328.909	319.939
Vendas produtos e serviços	328.909	319.939
<b>2. Insumos adquiridos de terceiros</b>	(143.968)	(144.053)
Custos dos produtos e serviços	(125.242)	(125.658)
Materiais, serviços e outros	(18.726)	(18.395)
<b>3. Valor adicionado bruto (1 - 2)</b>	184.941	175.886
<b>4. Retenções</b>	(6.559)	(6.356)
Depreciação e amortização	(6.559)	(6.356)
<b>5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3 - 4)</b>	178.382	169.530
<b>6. Valor adicionado recebido em transferência</b>	3.816	2.174
Receitas financeiras	3.816	2.174
<b>7. Valor adicionado total a distribuir (5 + 6)</b>	182.198	171.704
<b>8. Distribuição do valor adicionado</b>	182.198	171.704
<b>Pessoal</b>	17.069	17.704
Remuneração direta	11.156	11.635
Benefícios	5.162	5.272
F.G.T.S	751	797
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	70.904	66.679
Federais	70.859	66.631
Estaduais	25	29
Municipais	20	19
<b>Remuneração do capital de terceiros</b>	1.361	1.766
Juros	1.192	1.545
Aluguéis	169	202
Outras	-	19
<b>Juros sobre capital próprio e dividendos</b>	25.764	25.000
Dividendos	25.764	25.000
<b>Lucros retidos</b>	67.100	60.555
Lucros retidos	67.100	60.555

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto  
quando indicado de outra forma)

## 1. Contexto operacional

A Tijoá Participações e Investimentos S.A. (Companhia ou Concessionária) é uma sociedade anônima de capital fechado, de direito privado, constituída em 23 de setembro de 2011, que tem por objeto a exploração de potenciais hidráulicos para fins de geração de energia elétrica na usina Três Irmãos (Usina) e de atividades correlatas e auxiliares à exploração desses aproveitamentos e respectivas instalações, observadas as normas regulamentares aplicáveis.

A Companhia detém a concessão em regime de alocação de cotas de garantia física e de potência da Usina até 10 de outubro de 2044, conforme Contrato de Concessão nº 03/2014-MME, assinado em de 10 de setembro de 2014, outorgado pela União, através do Ministério de Minas e Energia (MME).

O Contrato determina que as cotas de garantia física de energia e de potência da Usina, conforme especificadas no Contrato de Concessão, são destinadas às Distribuidoras do Sistema Interligado Nacional (SIN), a Concessionária, será remunerada por receita decorrente da aplicação da tarifa calculada pela ANEEL denominada Receita Anual de Geração (RAG), a qual passou a receber receita a partir de outubro de 2014.

A Usina localiza-se no município de Andradina – SP com uma potência instalada total de 807,5 MW e energia assegurada 206,7 MWh.

## 2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1. Bases de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Resoluções emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme Orientação Técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidênciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram autorizadas pela diretoria em 29 de janeiro de 2026.

**a) Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo.

**b) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações contábeis apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## 2.2. Julgamentos e estimativas contábeis

Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis utilizados na preparação das demonstrações contábeis, que de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

## 2.3. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas aplicáveis à Companhia

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

### **IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações contábeis**

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação de demonstrações contábeis). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações contábeis primárias (*Primary Financial Statements* (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações contábeis primárias e notas explicativas às demonstrações contábeis. Os impactos materiais iniciais esperados sobre as demonstrações contábeis da Companhia são os seguintes:

- A receita de aluguel, a variação no valor justo de propriedades para investimento e a participação no lucro de uma coligada e de um empreendimento conjunto serão classificadas na categoria de investimento, dentro da demonstração do resultado.
- As diferenças de variação cambial serão classificadas na categoria da demonstração do resultado (receita e a despesa) em que estiverem os itens que deram origem a tais diferenças de câmbio.
- Serão incluídas novas divulgações, compreendendo: **(a)** medidas de desempenho definidas pela administração (*Management-defined Performance Measures (MPMs)*); **(b)** despesas específicas por natureza, caso as despesas sejam apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e **(c)** uma conciliação, para cada linha da demonstração do resultado, entre os valores reapresentados de acordo com a IFRS 18 e os montantes anteriormente apresentados de acordo com a IAS 1 (CPC 26 (R1)).
- Os juros recebidos e os juros pagos passarão a ser classificados, respectivamente, nas atividades de investimento e atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, conforme o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51 – Apresentação e divulgação em demonstrações contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades conexas estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação.

#### **IFRS 19: Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações**

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações contábeis consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados publicamente, ele não é elegível para a aplicação do IFRS 19.

#### **Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Alterações à classificação e mensuração de instrumentos financeiros**

Em maio de 2024, o *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu as alterações à *IFRS 9 and IFRS 7 – Amendments to the classification and measurement of financial instruments* (Alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidênciação.

As principais alterações introduzidas são as seguintes:

- Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na “data de liquidação” e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação.
- Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados.
- Esclarecimentos sobre o que constitui “características sem direito de regresso” e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados.
- Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI).

As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

A Companhia não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações contábeis consolidadas, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

### **Melhorias anuais às normas contábeis IFRS – Volume 11**

Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos financeiros), IFRS 10 – Demonstrações contábeis consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos fluxos de caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa).

Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes.

As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

### **Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos referenciando a eletricidade dependente de condições naturais**

Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e:

- Esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para os contratos abrangidos.
- Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos.
- Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, desde que divulgada. As alterações relacionadas à exceção de uso próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, enquanto as alterações relativas à contabilidade de hedge devem ser aplicadas prospectivamente às novas relações de hedge designadas a partir da data inicial de aplicação. Além disso, as alterações de divulgação da IFRS 7 devem ser implementadas em conjunto com as alterações da IFRS 9. Caso a entidade não reapresente as demonstrações contábeis comparativas, não poderá apresentar divulgações comparativas.

Em convergência com as normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 – Instrumentos financeiros e do CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação.

A Companhia não espera que essas alterações tenham impacto material sobre suas demonstrações contábeis, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

### 3. Políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas

#### a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são classificados em conformidade com seu prazo de realização, sendo demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios e deduzidos, quando aplicável, de provisão para ajuste ao seu valor líquido de realização.

#### b) Contas a receber de clientes e provisão para risco de crédito

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas das provisões para risco de crédito, a qual é reconhecida considerando-se a avaliação individual dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por faixa de vencimento, em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobertura de prováveis perdas na realização conforme os valores demonstrados na Nota Explicativa nº 5.

#### c) Tributação sobre a renda

##### Tributos correntes

A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido da Companhia são calculados da seguinte forma:

##### i) Imposto de renda da pessoa jurídica

À alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$ 240.

##### ii) Contribuição social sobre o lucro líquido

À alíquota de 9%.

A despesa de imposto de renda e contribuição social – correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

##### Impostos diferidos

O imposto sobre a renda diferido (imposto diferido) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e, quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

**d) Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- **Custo amortizado**

Quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

- **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)**

Quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

- **Valor Justo por meio do Resultado (VJR)**

Quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

Da mesma forma, a Companhia classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

A Companhia não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos ou realizou operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

**e) Imobilizado**

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição. A depreciação é computada pelo método linear, de acordo com as taxas definidas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico MCPSE, anexo à Resolução Normativa nº 674/2015, de agosto de 2015 aprovada pela ANEEL e demonstradas na Nota Explicativa nº 8.

A Companhia reconhece ativo de direito de uso e seu respectivo passivo de arrendamento para os contratos de bens de valor significativo e prazo superior a 12 meses, a valor presente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômico-futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

**f) Intangível**

Os ativos intangíveis compreendem gastos socioambientais e direitos de uso de software. A amortização é registrada pelo método linear, conforme taxas demonstradas nas Nota Explicativa nº 9.

**g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)**

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

**h) Provisões**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

**i) Lucro por ação**

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número de ações ordinárias totais, ao fim do exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41.

**j) Reconhecimento de receita**

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base na geração de energia e na RAG determinada na Resolução Homologatória Aneel nº 3.353 de 23 de julho de 2024. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	47	40
Aplicações financeiras	21.250	21.002
<b>Total</b>	<b>21.297</b>	<b>21.042</b>

Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

As aplicações financeiras equivalentes de caixa são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento financeiro ou outros fins.

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo está aplicado em Compromissadas e Certificado de Depósito Bancário (CDB), remunerados às taxas de 60% e 97% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em 31 de dezembro de 2024 o saldo está aplicado em Certificado de Depósito Bancário (CDB), remunerado a taxas entre 99% e 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco.

#### 5. Contas a receber

	31/12/2025	31/12/2024
Suprimento de energia - CCGF	28.609	28.182
<b>Total</b>	<b>28.609</b>	<b>28.182</b>

Montante a receber referente energia alocada em regime de cotas destinadas às Distribuidoras do Sistema Interligado Nacional (SIN) e faturadas conforme Contrato de Cotas de Garantia Física (CCGF).

A Companhia tem como procedimento reconhecer as perdas estimadas para provisões para risco de crédito, quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores envolvidos de acordo com o prazo original das contas a receber. O cálculo da perda é, em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e garantias oferecidas respectivamente. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Administração da Companhia entende que não existe a necessidade de constituição e reconhecimento de perdas estimadas.

#### 6. Impostos a recuperar

	31/12/2025	31/12/2024
PIS	137	132
Cofins	632	610
IRPJ	1	-
<b>Total</b>	<b>770</b>	<b>742</b>

## 7. Depósito judicial empresarial

	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos judiciais empresariais	18.123	-
<b>Total</b>	<b>18.123</b>	<b>-</b>

Em 12 de maio de 2025, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado, por maioria, com voto contrário da acionista Eletrobras, o pagamento imediato de dividendos no valor total de R\$ 36.319, na proporção detida por cada acionista no capital social da Companhia. Ocorre que, em 13 de maio de 2025, foi proferida pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, nos autos do Processo nº 0811668-53.2025.8.19.0001, decisão determinando o depósito judicial de qualquer pagamento ou distribuição de dividendos da Companhia. Em julho de 2025, a Tijoá foi notificada pela acionista Juno sobre a decisão judicial proferida nos autos do Agravo de Instrumento interposto em face de decisão proferida pelo juízo da 7ª Vara Empresarial do Comarca do Rio de Janeiro, em execução de sentença arbitral, que autorizou o levantamento dos dividendos depositados judicialmente na proporção de suas ações, ou seja, na proporção de 50,1%. Até o momento, o saldo de 49,9% (proporção da acionista Eletrobras) ainda permanece em depósito judicial.

## 8. Outros créditos

	31/12/2025	31/12/2024
Seguros	1.914	2.473
Carta fiança	161	157
Adiantamento fornecedores	213	302
Adiantamento de férias	28	8
Projetos de P&D (a)	-	1.672
<b>Total circulante</b>	<b>2.316</b>	<b>4.612</b>
Projetos de P&D (b)	1.924	378
Bloqueios e depósitos judiciais trabalhistas	116	103
Depósitos judiciais cíveis	3	3
<b>Total não circulante</b>	<b>2.043</b>	<b>484</b>
<b>Total</b>	<b>4.359</b>	<b>5.096</b>

- (a) Trata-se de projetos em cumprimento da Lei nº 14.120/2021, o projeto “DNA Ambiental e Metabarcoding” – Fase 2 foi concluído no ano de 2025.
- (b) O projeto “DNA Ambiental e Metabarcoding” – Fase 3 teve início em dezembro de 2024, com prazo de execução estabelecido em 60 meses. O projeto “Nanopartículas como aditivos para revestimentos: uma potencial alternativa para prevenção e fixação do mexilhão dourado em usinas hidrelétricas” teve início em julho de 2025, igualmente com prazo de execução de 60 meses.

## 9. Imobilizado

	Imobilizado em serviço						Imobilizado em curso				Total
	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Reservatórios barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Ativo de direito de uso (a)	Máquinas e equipamentos (b)	Veículos	Adiantamento a fornecedores	Peças sobressalentes	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>52.814</b>	<b>478</b>	<b>191</b>	<b>1.398</b>	<b>207</b>	<b>113</b>	<b>2.635</b>	-	<b>81</b>	<b>3.645</b>	<b>61.562</b>
Adições	-	-	-	-	-	-	5.253	243	2.196	449	8.141
Transferências	7.595	243	12	-	-	-	(5.330)	(243)	(2.277)	-	-
Baixas	(223)	(31)	(1)	-	-	-	(12)	-	-	(26)	(293)
Depreciação	(2.409)	(114)	(18)	(30)	(9)	(113)	-	-	-	-	(2.693)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>57.777</b>	<b>576</b>	<b>184</b>	<b>1.368</b>	<b>198</b>	-	<b>2.546</b>	-	-	<b>4.068</b>	<b>66.717</b>
Adições	-	-	-	-	-	-	2.251	330	2.192	34	4.807
Transferências	2.494	426	2	-	-	-	(400)	(330)	(2.192)	-	-
Baixas	(8)	(36)	-	-	-	-	-	-	-	(107)	(151)
Depreciação	(2.652)	(218)	(19)	(30)	(9)	-	-	-	-	-	(2.928)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>57.611</b>	<b>748</b>	<b>167</b>	<b>1.338</b>	<b>189</b>	-	<b>4.397</b>	-	-	<b>3.995</b>	<b>68.445</b>
Taxa média de depreciação %	7%	14%	6%	2%	3%						

(a) Em atendimento ao CPC 06/IFRS 16, a Companhia registrou como ativo de direito de uso o contrato de aluguel da sua sede administrativa. A amortização do direito de uso foi calculada pelo prazo do contrato de locação; e

(b) Os valores referem-se, principalmente, ao projeto de Sistema Digital de Supervisão e Controle (SDSC), voltado à modernização das cinco unidades geradoras. O projeto encontra-se parcialmente concluído, restando a implementação em uma unidade geradora. A conclusão está prevista para 2026.

A Companhia não segrega valor residual dos principais componentes de seu ativo imobilizado, uma vez que ao final de suas vidas úteis não são esperados resultados positivos com a sua alienação.

Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa de bens do ativo imobilizado, calculados como sendo a diferença entre valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado em que o ativo foi baixado. A depreciação é calculada de forma linear de acordo com as taxas definidas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico MCPSE, anexo à Resolução Normativa nº 674/2015, de agosto de 2015 aprovada pela ANEEL.

## 10. Intangível

	Gastos socioambientais (*)	Licenças de uso e Software	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>32.472</b>	<b>183</b>	<b>32.655</b>
Amortização	(4.608)	(93)	(4.701)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>27.864</b>	<b>90</b>	<b>27.954</b>
Adições	-	15	15
Amortização	(4.608)	(60)	(4.668)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>23.256</b>	<b>45</b>	<b>23.301</b>
Taxa média de amortização %	17%	20%	-

(\*) O valor registrado refere-se, principalmente, pelo Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA) firmado com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente e na qualidade de Interviente Anuente, a CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo em 23 de dezembro de 2022. Esses gastos socioambientais estão associados à licença de operação e, como beneficiarão mais de um exercício, foram classificados no ativo intangível. Serão amortizados pelo prazo de vigência da licença ambiental. (Vide Nota Explicativa nº 11).

## 11. Contas a pagar

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Materiais e serviços (a)</b>	<b>8.685</b>	<b>8.735</b>
<b>Obrigações socioambientais (b)</b>	<b>8.680</b>	<b>8.309</b>
<b>Total circulante</b>	<b>17.365</b>	<b>17.044</b>
<b>Obrigações socioambientais (b)</b>	<b>-</b>	<b>8.309</b>
<b>Total não circulante</b>	<b>-</b>	<b>8.309</b>

(a) É composta principalmente por saldos a pagar a fornecedores de materiais de manutenção e serviços da mesma natureza e imobilizado; e

(b) Em 23 de dezembro de 2022, a Companhia firmou Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA) com Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente e na qualidade de Interviente Anuente, a CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo para a obtenção da Licença. O valor da compensação ambiental objeto deste TCCA foi calculado considerando os valores para ampliação do Parque Estadual Rio do Peixe e para reflorestamento da Reserva Lagoa São Paulo, correspondendo a R\$ 37.843, que será pago em cinco parcelas anuais e subsequentes, em 2023 foi realizado o pagamento da segunda parcela, em 2024, o pagamento da terceira parcela e em 2025, o pagamento da quarta parcela. As parcelas anuais são atualizadas pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Obrigações socioambientais (b)	31/12/2025	31/12/2024
A vencer 2025	-	8.309
A vencer 2026	8.680	8.309
<b>Total</b>	<b>8.680</b>	<b>16.618</b>

## 12. Encargos do setor

	31/12/2025	31/12/2024
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	3.096	3.885
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)	61	59
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	1.798	2.334
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão e Conexão (TUST)	8.146	7.915
<b>Total</b>	<b>13.101</b>	<b>14.193</b>

### Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Em conformidade com a Lei nº 14.120/2021, as concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, devem investir anualmente um percentual de sua Receita Operacional Líquida (ROL) em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do setor de energia elétrica. As empresas do setor de geração de energia elétrica, devem investir no mínimo 1% de sua Receita Operacional Líquida (ROL) em projetos de P&D regulados pela ANEEL.

### Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)

A TFSEE foi criada, pela Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e regulamentada pelo Decreto nº 2.410, de 28 de novembro de 1997, com a finalidade de constituir a receita da ANEEL para cobertura das suas despesas administrativas e operacionais. A Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, reduziu a TFSEE de 0,5% (cinco décimos por cento) para 0,4% (quatro décimos por cento) do valor econômico agregado pelo concessionário, permissionário ou autorizado.

### Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)

A Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) é um percentual que as concessionárias e empresas autorizadas a produzir energia por geração hidrelétrica pagam pelo uso dos recursos hídricos para a geração de energia. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) gerencia a cobrança da taxa e a distribuição dos recursos arrecadados entre os municípios, Estados e a União.

### Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST)

A Resolução 281, de 1º de outubro de 1999, estabelece as condições gerais de contratação do acesso, compreendendo o uso e a conexão. A cobrança está regulamentada pela Resolução Normativa Aneel nº 559/2013 que define o pagamento do uso do sistema de transmissão por meio da aplicação das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) aos sistemas de transmissão de energia elétrica, a operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

### 13. Partes relacionadas

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2024</u>
	<u>Passivo</u>	<u>Resultado</u>	<u>Passivo</u>	<u>Resultado</u>
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras "AXIA Energia"	852	(10.271)	837	(11.400)
<b>Total</b>	<b>852</b>	<b>(10.271)</b>	<b>837</b>	<b>(11.400)</b>

O saldo do passivo e resultado referem-se aos valores referentes ao encargo da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST).

Os saldos de passivos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, bem como as transações que influenciaram o resultado desses exercícios, relativas as operações com partes relacionadas, estão apresentadas no quadro acima e foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

### 14. Salários, provisões e encargos sociais a recolher

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Salários e encargos	594	644
Provisões para férias e encargos	1.328	1.474
Honorários da administração e encargos	34	64
<b>Total</b>	<b>1.956</b>	<b>2.182</b>

### 15. Provisões – Participações nos lucros, gratificações, bônus e encargos

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Provisão de PLR/gratificações e encargos para empregados	766	929
Provisão de bônus e encargos para administração	840	420
<b>Total</b>	<b>1.606</b>	<b>1.349</b>

### 16. Impostos e contribuições a recolher

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
IRRF PJ retido de terceiros	9	13
PIS, Cofins e CSLL retidos de terceiros	29	50
INSS retido de terceiros	33	111
ISS retido de terceiros	16	37
IRPJ	1.641	1.133
CSLL	1.081	898
PIS	307	288
Cofins	1.414	1.328
ICMS	-	10
<b>Total</b>	<b>4.530</b>	<b>3.868</b>

## 17. Dividendos a pagar

	31/12/2025	31/12/2024
Dividendos a pagar	18.123	-
<b>Total</b>	<b>18.123</b>	<b>-</b>

O saldo apresentado refere-se a dividendos a pagar à acionista Eletrobras, cujo valor ainda se encontra depositado em juízo e está apresentado no quadro da Nota Explicativa nº 7.

## 18. Obrigações especiais

A Usina Hidrelétrica Três Irmãos (UHE Três Irmãos), cuja concessão atualmente é detida pela Tijoá Participações e Investimentos S.A. (Tijoá), tinha como concessionária até o dia 09 de outubro de 2014 a Companhia Energética de São Paulo (CESP). Durante a concessão da CESP ocorreu um sinistro na Unidade Geradora nº 05 (UG-05) da referida usina e a CESP acionou o seguro vigente à época, objetivando contratar os serviços e os equipamentos necessários à recuperação da unidade.

Ocorre que o reparo não foi realizado pela CESP, de forma que, extinto o prazo de vigência de sua concessão, foi realizado novo leilão da UHE Três Irmãos, sem que os referidos serviços de reparo fossem contratados. Nesta esteira, a Tijoá logrou-se vencedora do certame e assumiu a concessão no dia 10 de outubro de 2014, após um mês de operação assistida, com apenas 04 unidades geradoras funcionando, pois a UG-05 permanecia a espera de reparo. Dessa forma, a ANEEL, Agência reguladora do setor, entendeu que seria responsabilidade do novo concessionário, Tijoá, efetuar o serviço de reparo, mas determinou que para tanto fosse utilizado o valor do seguro vigente à época do sinistro. Após o recebimento pela CESP do montante do seguro, esta repassou a indenização para a Tijoá (R\$ 8.782).

Em 31 de maio de 2016, a ANEEL por meio da Resolução Autorizativa nº 5.864, autorizou a Tijoá a concluir o processo de contratação dos serviços e dos equipamentos necessários à recuperação da Unidade Geradora nº 5 (UG-05) da UHE Três Irmãos no valor total de R\$ 29.334, sem impostos.

Esse montante foi inserido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), na liquidação financeira da contratação de cotas de garantia física e de potência, na proporção das respectivas cotas de garantia física e de potência da UHE Três Irmãos para pagamento por cada distribuidora e registrado em contrapartida da conta "Obrigações especiais – Passivo não circulante".

Em 13 de outubro de 2017, por meio da Resolução Autorizativa nº 6.676, a Aneel autorizou o reembolso do montante de R\$ 3.146 à Companhia de custos diretos complementares incorridos durante a recuperação da UG-05, por meio da inserção pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) do valor complementar autorizado, na liquidação financeira da contratação das cotas de garantia física e de potência do mês de outubro de 2017. O referido montante foi recebido em 21 de novembro de 2017.

Em maio de 2017, a UG-05 entrou em operação passando a ser depreciada. Dessa forma, também conforme, a Resolução Autorizativa nº 5.864 de 31 de maio de 2016, o saldo da conta de Obrigações Especiais é amortizado por montante equivalente a depreciação calculada sobre o valor do bem adquirido (UG-05) com esses recursos, de forma que o efeito desta despesa seja anulado no resultado do exercício.

Assim sendo, em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 os saldos da conta estão demonstrados como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Obrigações especiais	23.486	24.523
<b>Total</b>	<b>23.486</b>	<b>24.523</b>

## 19. Patrimônio líquido

### 19.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o capital social da Companhia é de R\$ 13.801 dividido em 13.801.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da assembleia geral.

A distribuição das ações está assim representada:

	31/12/2025	31/12/2024
Juno Participações e Investimentos S.A.	6.914	6.914
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras "AXIA Energia"	6.887	6.887
<b>Total</b>	<b>13.801</b>	<b>13.801</b>

Foi deferido, em decisão judicial datada de 18 de março de 2025, proferida pela 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, o desfazimento da transferência das ações de emissão da Tijoá detidas pela acionista Juno para a Eletrobras, que havia sido determinada por decisão liminar datada de 11 de fevereiro de 2025, que, portanto, retornaram à propriedade da acionista Juno até o deslinde do feito.

### 19.2. Reservas

	31/12/2025	31/12/2024
Reserva legal (*)	2.760	2.760
Reserva de retenção de lucros	67.912	61.367
<b>Total de reservas</b>	<b>70.672</b>	<b>64.127</b>

(\*) Reserva legal é constituída no montante de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

### 19.3. Distribuição de lucros (dividendos)

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>92.864</b>	<b>85.555</b>
(-) Constituição da reserva de retenção de lucros	(67.100)	(60.555)
(-) Dividendos propostos/pagos	(25.764)	(25.000)

O Estatuto Social da Companhia prevê pagamento de dividendos anuais de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76. Adicionalmente, a Diretoria poderá levantar balanços semestrais ou trimestrais e submeter à Assembleia Geral de Acionistas o pagamento de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos à conta do lucro apurado no exercício, bem como o pagamento de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço, "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária.

Em 28 de março de 2024, por meio de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária AGOE, os acionistas aprovaram a distribuição do saldo do lucro de 2023. O pagamento foi realizado da seguinte forma: R\$ 25.000 pagos em abril de 2024, R\$ 17.522 pagos em junho de 2024 e R\$ 30 pagos em setembro de 2024.

Em 25 de setembro de 2024, por meio de Assembleia Geral Extraordinária AGE, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 15.000 pagos aos acionistas em setembro de 2024.

Em 27 de dezembro de 2024, por meio de Assembleia Geral Extraordinária AGE, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 10.000 pagos aos acionistas em dezembro de 2024.

Em 12 de maio de 2025, por meio Assembleia Geral Ordinária AGE, foi aprovado, por maioria, com voto contrário da acionista Eletrobras, o pagamento imediato de dividendos no valor total de R\$ 36.319, na proporção detida por cada acionista no capital social da Companhia. Ocorre que, em 13 de maio de 2025, foi proferida pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, nos autos do processo nº 0811668-53.2025.8.19.0001, decisão determinando o depósito judicial de qualquer pagamento ou distribuição de dividendos da Companhia. Em julho de 2025, a Tijoá foi notificada pela acionista Juno sobre a decisão judicial proferida nos autos do Agravo de Instrumento interposto em face de decisão proferida pelo juízo da 7ª Vara Empresarial do Comarca do Rio de Janeiro, em execução de sentença arbitral, que autorizou o levantamento dos dividendos depositados judicialmente na proporção de suas ações, ou seja, na proporção de 50,1%. Até o momento, o saldo de 49,9% (proporção da acionista Eletrobras) ainda permanece em depósito judicial.

Em 25 de setembro de 2025, por meio de Assembleia Geral Extraordinária AGE, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos no valor total de R\$ 50.000, sendo: R\$ 24.236 referente ao saldo do lucro referente ao exercício de 2024; e R\$ 25.764 relativo a dividendos intermediários, ambos pagos aos acionistas em setembro de 2025.

#### 19.4. Lucro por ação

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	92.864	85.555
Quantidade de ações	13.801.000	13.801.000
<b>Lucro por ação - Em R\$</b>	<b>6,73</b>	<b>6,20</b>

#### 20. Receita líquida de produtos e serviços operacionais

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Receita bruta de vendas</b>	<b>328.909</b>	<b>319.939</b>
<b>Deduções da receita</b>		
( - ) Programa de Integração Social (PIS)	(5.426)	(5.278)
( - ) Contribuição para financiamento da seguridade social (Cofins)	(24.990)	(24.312)
( - ) Encargos setoriais (*)	(19.215)	(15.682)
<b>( - ) Total deduções da receita operacional</b>	<b>(49.631)</b>	<b>(45.272)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>279.278</b>	<b>274.667</b>

(\*) Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH); Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE).

## 21. Custo dos produtos e serviços prestados

	31/12/2025	31/12/2024
Custo serviços de terceiros	(12.298)	(12.108)
Custo com pessoal	(15.161)	(15.237)
Custos com encargos do setor (*)	(106.027)	(109.976)
Materiais	(2.339)	(1.669)
Depreciação	(1.539)	(1.292)
Amortização	(4.608)	(4.608)
Seguros	(2.751)	(2.644)
Aluguéis	(166)	(163)
(-) Créditos de PIS e Cofins	10.371	10.546
Outros	(47)	(51)
<b>Total</b>	<b>(134.565)</b>	<b>(137.202)</b>

(\*) Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) e Tarifas de Uso do Sistema de Conexão.

## 22. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Honorários, encargos e benefícios da administração e do conselho fiscal	(1.246)	(1.917)
Provisão para bônus e encargos da administração	(420)	(140)
Pessoal e encargos	(3.134)	(3.719)
Serviços de terceiros	(735)	(1.335)
Viagens	(125)	(278)
Depreciação	(351)	(363)
Amortização	(60)	(93)
Materiais	(74)	(81)
Ocupação	(296)	(156)
Aluguéis	(3)	(38)
(-) Créditos de PIS e Cofins	16	15
Outros	(88)	(93)
<b>Total</b>	<b>(6.516)</b>	<b>(8.198)</b>

## 23. Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Receita financeira</b>		
Rendimento de aplicação financeira	3.807	2.167
Outras receitas financeiras	9	7
<b>Total</b>	<b>3.816</b>	<b>2.174</b>
<b>Despesa financeira</b>		
Comissões e despesas bancárias	(264)	(206)
Atualizações monetárias	(904)	(1.338)
Outros juros e multas	(24)	(20)
<b>Total</b>	<b>(1.192)</b>	<b>(1.564)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>2.624</b>	<b>610</b>

## 24. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

### Considerações gerais e políticas

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não contrata operações envolvendo derivativos financeiros como proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxas de juros, conforme política da Administração.

### Gestão de risco financeiro – fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

#### a) Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos das atividades de seus negócios.

#### Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da companhia é quase nulo porque a companhia não possui financiamentos e as aplicações financeiras são mantidas em Certificado de Depósito Bancário (CDB).

#### Risco de crédito

O risco de crédito associado à possibilidade do não recebimento de valores faturados ao seu cliente. A Companhia também está sujeita a risco de crédito associado às suas aplicações financeiras. Este risco é atenuado pela restrição de suas operações a instituições financeiras consideradas de primeira linha pelo mercado e concentração das aplicações de renda fixa e curto prazo de vencimento.

#### b) Risco de liquidez

A Companhia monitora o risco de insuficiência de recursos, administrando seus recursos financeiros de modo a garantir o cumprimento de suas obrigações no curto e longo prazo.

#### c) Valores de mercado

Os valores de mercado das aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações contábeis pelo fato de elas estarem atreladas basicamente à variação do CDI.

## 25. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são registrados nas demonstrações contábeis com base na receita reconhecida e nos custos e despesas incorridos pelo regime de competência.

#### a) Tributos diferidos patrimoniais

	31/12/2025	31/12/2024
Diferença temporária - PLR/Gratificações	766	928
Diferença temporária - Bônus e encargos da administração	840	420
Alíquotas vigentes (25% de IRPJ e 9% de CSLL)	34%	34%
<b>Total do IRPJ e CSLL diferidos ativo</b>	<b>546</b>	<b>458</b>

## b) Tributos correntes

A conciliação de despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
Resultado antes do IR e CSLL	140.821	129.877
Imposto de renda e contribuição social alíquota nominal	47.879	44.158
(Adições) exclusões temporárias (a)	88	(78)
(Adições) exclusões permanentes (b)	101	188
Outros (c)	(24)	(24)
<b>Imposto de renda e contribuição social corrente</b>	<b>(48.044)</b>	<b>(44.244)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social diferido</b>	<b>87</b>	<b>(78)</b>
<b>Total</b>	<b>(47.957)</b>	<b>(44.322)</b>
Alíquota efetiva	34%	34%

(a) Adição/exclusão dos valores correspondentes a provisões de gratificação e encargos, e provisões para litígios;

(b) Adição/exclusão dos valores correspondentes a benefícios da diretoria e doações; e

(c) Parcela isenta do adicional do imposto de renda.

## 26. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A seguir, demonstramos as apólices em vigor:

Coberturas	Vencimento	Importância segurada	Prêmio
Responsabilidade civil	07/11/2026	30.000	24
Riscos operacionais	07/11/2026	2.688.518	2.182
D & O	30/07/2026	25.000	12
Risco conteúdo	14/02/2026	800	1
Veículos	20/05/2026	878	19

## 27. Remuneração dos administradores

A remuneração global dos administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia para os anos de 2024 e de 2025 serão objeto de assembleia extraordinária específica a ser oportunamente convocada pelos acionistas. Dessa forma, foi mantida a remuneração global aprovada em 2023. Qualquer decisão relativa à remuneração global dos anos de 2025 e 2024 somente terá efeitos prospectivos.

A remuneração total do pessoal-chave da Administração reconhecida no resultado dos exercícios está apresentada no quadro da Nota Explicativa nº 22.

## 28. Provisão para riscos judiciais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis, ambientais e trabalhistas. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, adota a prática de provisionar apenas aquelas contingências classificadas como de risco provável.

Não havia contingências classificadas como risco provável de perda nas datas-bases de 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

As causas classificadas como perda possível, não são registradas nas demonstrações contábeis, e são apresentadas a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Riscos trabalhistas	950	244

\* \* \*